

**NÃO AOS CORTES NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS**

Nas últimas semanas, a mídia vem apresentando uma série de reportagens divulgando dados sobre as Universidades Federais, que, ou são simplesmente falsos ou apresentados de maneira distorcida e tendenciosa.

A ANDES-SN já demonstrou em artigos publicados na imprensa, utilizando dados do próprio MEC, que este não tem despendido com as Universidades Federais mais que 56% de suas verbas, e isto inclui os Hospitais Universitários. No entanto, a falácia em torno dos gastos de 80% das verbas do MEC com as Universidades Federais tem sido uma constante nos noticiários dos meios de comunicação. O que nos deixa perplexos, ou melhor, indignados, é que, além de ser incorreta, esta afirmação cria um falso antagonismo entre o ensino superior e o ensino fundamental e médio. Afinal, é aos estados e municípios que cabe o investimento prioritário na educação em seus níveis iniciais. Ao MEC cabe principalmente investir no ensino de 3o. grau público e, complementarmente, nos outros níveis de ensino. É bom lembrar ainda que os diferentes níveis de ensino não são estanques e há interdependência entre eles. Na verdade, o MEC deveria realmente aplicar pelo menos 80% de suas verbas no ensino superior público, apenas para fazer funcionar o sistema já existente. No entanto, não o faz. Dos Cr\$ 271.581.000,00 repassados às Universidades nos meses de abril e maio a título de convênios (D.O. de 19 a 23 de abril e de 10 a 15 de maio), o setor privado recebeu 44,03% dos recursos.

Ainda em relação a verbas, outra questão que tem ocupado espaço na imprensa, desinformando a opinião pública, é a afirmação de que as verbas gastas com educação no Brasil são suficientes, porém mal administradas. Com a afirmação de que são mal administradas até concordamos, mesmo porque não há transparência no gerenciamento de recursos em todos os níveis, mas afirmar que são suficientes está longe de representar a verdade. Os 18% do orçamento fiscal a nível federal mais os 25% a nível estadual e municipal representam apenas 3,6% do PIB. Países desenvolvidos que possuem sistema educacional extenso e de qualidade gastam de 6% a 7% do seu PIB em educação, enquanto países em desenvolvimento, cuja situação educacional era calamitosa, como ainda é o caso do Brasil, utilizaram percentuais de 9% a 10% do PIB em educação, para que obtivessem resultados proveitosos. Assim, se quisermos realmente dar prioridade à educação neste país, devemos triplicar as verbas nesta área. Basta pensar na falta de escolas, nas condições físicas daquelas já existentes e nos salários de fome pagos aos professores, e verificamos que não há exagero nesta afirmação.

No afã de fazer demagogia e sucatear os serviços públicos, em detrimento da população, as inverdades prosseguem. No que se refere às Universidades Federais, para justificar um corte de 30% nas despesas com pessoal que, se efetivados, destruirão estas Universidades, o MEC divulgou dados, algumas vezes incorretos, outras vezes reais, porém com interpretações totalmente distorcidas.

Quanto aos dados sobre a relação professor/aluno, funcionário/aluno, custo/aluno, chamamos a atenção para alguns fatos.

Em primeiro lugar, os dados estatísticos apresentados não podem ser analisados ahistoricamente. Eles não têm significado por si só. Assim, a relação professor/aluno das Universidades Federais que é de 1 professor para cada 8,5 alunos (de acordo com os dados divulgados, porém corrigindo o erro cometido no cálculo da média), deve ser analisada considerando uma série histórica. De acordo com o próprio MEC, esta relação era de 1 professor para 4,3 alunos no setor público em 1960, chegando em 1988 a 1 professor para 9,7 alunos. Se observarmos que o número de professores não se altera desde, 1980, e que o número de alunos cresce apenas 15% no mesmo período, concluímos que a "ociosidade" é de responsabilidade daqueles que mantiveram o ensino superior público estagnado durante 10 longos anos.

No que se refere à relação aluno/funçãoário e custo/aluno, encontramos algumas pérolas! Em primeiro lugar, a afirmação de que esta relação na USP é de 7 alunos por funcionário é falsa. A USP tem 17.501 funcionários, 5.599 professores e cerca de 47.000 alunos. Assim, a relação aluno/professor é de 8,4, portanto igual à média das federais; a relação aluno/funçãoário é de 2,7, portanto menor do que nas federais, nas quais de acordo com os dados divulgados, é de 4,3.

O custo por aluno é outra informação duvidosa. Utilizando os valores efetivamente gastos com a folha de pagamento da USP do mês de março, chegamos ao valor anual de 13.330 dólares/aluno. Valor muito superior ao divulgado, porém pequeno, se levarmos em conta a defasagem salarial dos professores e funcionários da USP. Assim, o custo/aluno nas Universidades Federais, conforme divulgado, é menor que na USP que, por sua vez, em função do arrocho de salários, não serve como parâmetro. Com relação às Universidades estrangeiras, os valores divulgados à imprensa não fazem o menor sentido, referem-se ao subsídio governamental, e não ao custo/aluno.

Por outro lado, também não faz sentido comparar o número de funcionários ao número de alunos, mas sim ao número de docentes e às necessidades de serviços que tenha a Universidade, assim como suas atividades de extensão. Calcula-se, por exemplo, que cada docente em área experimental necessita de 2 técnicos para as atividades de pesquisa e aulas práticas. Nas áreas administrativa e de manutenção, este número pode ser estimado entre 0,5 a 1 funcionário por docente, dependendo das atividades de extensão ou das necessidades do respectivo campus.

Além disso, os Hospitais Universitários necessitam de grande número de funcionários em função do número de leitos, da cobertura ambulatorial e do Pronto-Socorro, o que torna sem sentido o estabelecimento de uma relação funcionário/docente ou aluno/funçãoário.

No que se refere à titulação, de fato temos ainda uma situação bastante insatisfatória, correspondente à precariedade do sistema educacional em nosso país, decorrente do secular descaso, hoje acentuado. No entanto, devemos atentar novamente para uma série histórica. De acordo com dados do MEC, em 1974 os professores apenas graduados representavam 57,9% do total de professores. Em 1987 o percentual baixou para 33,6%. Por outro lado, os professores com mestrado, que em 1974 representavam 9,7%, cresceram, em 1987, para 21,2%. Quanto ao título de doutor, passou-se de 6,6% em 1974 para 12,7 em 1987.

Estes dados referem-se ao conjunto dos professores universitários do setor público e privado. Se fossem desagregados, veríamos que nas Universidades Federais este incremento de titulação seria ainda mais expressivo, uma vez que no setor privado apenas 5% dos professores possui o título de doutor contra 16% nas Universidades Federais. Da mesma forma, há 15% de mestres no setor privado contra 35% no setor das federais.

Considerando que o início da pós-graduação no país se deu apenas há vinte anos, e que somente nos últimos dez anos ela se torna mais efetiva, não poderíamos ter um quadro muito diferente do atual. Acrescente-se ainda que a não renovação de quadros docentes nas Universidades Federais nos últimos dez anos dificultou a saída do pessoal para a pós-graduação, tendo-se hoje um "envelhecimento" da obtenção de títulos de mestrado (37 anos) e de doutorado (42 anos), o que diminui a vida útil do professor na formação de novos docentes a nível local, ou seja, dificultam-se a expansão da pós-graduação e as possibilidades de desenvolvimento da pesquisa.

Assim, se a educação e a produção de ciência e tecnologia forem, de fato, prioridades no atual governo, ter-se-ia de investir e investir muito nas Universidades Públicas; para sua recuperação física, expansão de vagas, novas contratações, além de um agressivo programa de qualificação docente. Para produzir ciência e tecnologia, o país precisa de massa crítica. Em física, uma das áreas onde há maior qualificação, temos pouco mais de 1000 doutores, em um país de 150 milhões de habitantes, o que é um número ridículo, este sim, por si só, sem necessidade de comparação.

O MEC diz que o setor público oferece apenas 23% das vagas no 3o. grau, o que é verdade, mas tenta culpar a própria Universidade, acusando-a de ociosa. As Universidades Públicas têm suas mazelas, que devem ser corrigidas, mas, no caso das Universidades Federais, a responsabilidade principal cabe fundamentalmente àqueles que vêm dirigindo o MEC há anos e que através de seus partidos políticos, têm praticado a mais mesquinha política fisiológica e clientelística a nível local. As Universidades Federais têm sido vítimas de tais práticas, o que permitiu o crescimento de uma mentalidade administrativa burocrática e não acadêmica. O exercício da autonomia com democracia pelas Universidades é fundamental para a superação desta situação.

A ANDES-SN entende que a autonomia não significa soberania. Ela é fundamental para que a universidade, como instituição permanente não esteja sujeita às mudanças de governo ou à política clientelísticas. A democracia é decisiva para o exercício da autonomia, para garantir a transparência dos atos administrativos e a definição de rumos da universidade, para que ela possa dialogar com a sociedade que a mantém e a quem deve servir.

Não podemos mais aceitar cortes nas Universidades Federais, mesmo porque estes cortes vêm se dando há muitos anos. Em 1973 as verbas para Outros Custeios e Capital nas Universidades Federais representavam em média 27,8% enquanto hoje não atingem sequer 5%.

O enfrentamento dos cortes nas Universidades Federais pela ANDES-SN será feito sem tergiversação. Com a tranquilidade de quem sempre defendeu uma universidade de qualidade. Com a tranquilidade de quem sempre defendeu uma carreira docente calcada exclusivamente no mérito acadêmico. Com a tranquilidade de quem lutou pela extinção da GRIPE, dos jetons e ds Funções Comissionadas - aliás grande trunfo para o clientelismo - que tem premiada a burocracia em detrimento das condições de trabalho de docência, pesquisa e extensão. Aliás, as FCs foram impostas às universidades por algum acordo espúrio, obviamente não transparente, através da lei que a ANDES-SN quer ver revogada.

A ANDES-SN tem a tranquilidade de lutar por mais verbas para Custeio e Capital, para o aumento das oportunidades de pós-graduação e por novas contratações. A ANDES-SN tem a tranquilidade de lutar pela expansão de vagas, inclusive por cursos noturnos, exigindo, no entanto, que isto se dê com qualidade. A ANDES-SN tem a

SINDICATO

**ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

NACIONAL

Caixa Postal 15/2920 — 70 919 — Brasília - DF — Telefone: (061) 274-3303 — Telex: 611977 NDES

tranquilidade de defender o regime de dedicação exclusiva como o único compatível com a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, considerando o regime de tempo parcial (20 horas) como exceção, propondo a extinção do regime de 40 horas sem dedicação exclusiva.

O movimento docente organizado na ANDES-SN, em defesa da Universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e de qualidade, não apenas lutará decisivamente contra qualquer demissão arbitrária, como continuará exigindo o atendimento das suas reivindicações históricas.

Brasília, 08 de junho de 1990

ANDES SINDICATO NACIONAL

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: direito de todos, dever do Estado